

## Em evento, TJSP estimula a clareza de linguagem no Judiciário

Daniela Smania/TJSP



De todos os poderes da República, o Judiciário é o que desfruta de maior confiança da população. Por isso mesmo, é fundamental que o Judiciário se aproxime e se abra mais para a sociedade. A opinião é do jornalista e colunista da revista *Veja*, Augusto Nunes (*na foto ao lado*), em palestra proferida durante o workshop "Linguagem Clara e Acessível em Todas as Publicações", promovido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, nesta terça-feira (28/6).

O evento, organizado pela Comissão de Imprensa e pela Seção de Direito Público do Tribunal, teve também a participação do jornalista Maurício Cardoso (*na foto abaixo*), diretor executivo da revista eletrônica **Consultor Jurídico**. Coube ao presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador José Roberto Bedran, abrir as apresentações, explicando que o objetivo do workshop — linguagem clara e acessível em todas as publicações — está previsto no Planejamento Estratégico da

Daniela Smania/TJSP



Ao abordar o tema "O Perigo da Linguagem Culta no Direcionamento da Informação: Clareza, Transparência e Entendimento", Augusto Nunes criticou tanto a falta de preparo da imprensa, que muitas vezes é incapaz de perceber a diferença entre "mandado" e "mandato", quanto os membros do Judiciário, que procuram se proteger com o uso de uma linguagem muitas vezes incompreensível para o grande público. "O uso de citações em latim ou de termos mais difíceis é uma falta de respeito com o cidadão comum, que simplesmente não entende o que o juiz está querendo dizer", disse o jornalista.



Para Augusto Nunes, a melhor saída para os dois problemas — de um lado a falta de preparo do jornalista e de outro a dificuldade de comunicação dos juízes — é a aproximação e a colaboração entre as duas partes. "O juiz não pode se contentar apenas em manifestar-se nos autos. Ele deve satisfações à sociedade e a melhor maneira de levar sua mensagem às pessoas é através da imprensa."

Ao falar sobre as "Diferenças da Linguagem da Mídia, da Iniciativa Privada e das Instituições Públicas", Maurício Cardoso sustentou que existem formatos próprios para cada campo da comunicação, mas que em todos eles a meta é se fazer entender com a maior clareza possível. "Machado de Assis escreveria uma petição ou uma sentença também quando ele escreveu seus romances — a única diferença é que nesse caso saberíamos, afinal, se Capitu traiu o Bentinho ou não", afirmou.

Cardoso esclareceu que, enquanto o jornalismo usa uma linguagem de tom mais coloquial para se fazer entender, os operadores do Direito são forçados a adotar um tom mais formal. Isso não é uma opção, já que a necessidade de precisão nos termos exige o emprego de terminologia técnica específica. Isso, no entanto, não deve servir como pretexto para tornar a linguagem do Direito incompreensível. "Os termos técnicos existem para delimitar conceitos, não para obscurecer o entendimento", explicou.

**Date Created**

28/06/2011